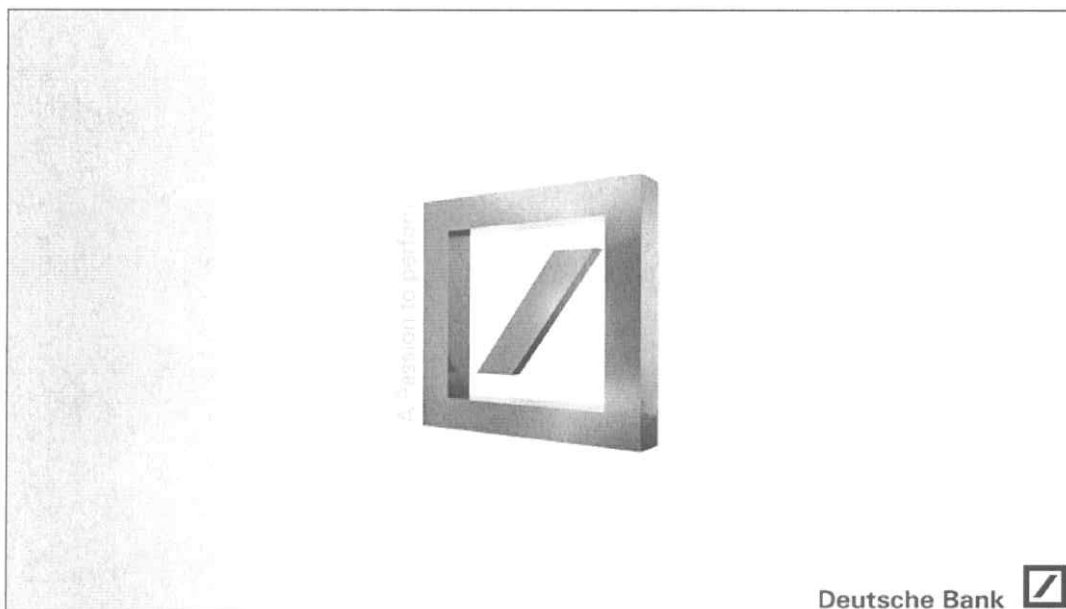


DISCIPLINA DE MERCADO

Relatório Anual de Divulgação Pública de Informação

2010



Nota Introdutória	3
I. Declaração de Responsabilidade	4
II. Âmbito de Aplicação e Políticas de Gestão de Risco	5
III. Adequação de Capitais	12
IV. Risco de Crédito de Contraparte	18
V. A) Risco de Crédito – Aspectos Gerais	23
V. B) Risco de Crédito – Método padrão	31
V. C) Risco de Crédito – Método das Notações Internas	33
VI. Técnicas de Redução do Risco de Crédito	33
VII. Operações de Titularização	39
VIII. Risco de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação 40	
IX. Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação	42
X. Posições em Risco sobre Acções da Carteira Bancária	44
XI. Risco Operacional	48
XII. Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital	50
XIII. Anexos	54

Nota Introdutória

O presente documento visa a divulgação pública de informações detalhadas sobre a solvabilidade do Deutsche Bank (Portugal), S.A. designado por Basileia II. Esse enquadramento regulamentar assenta em três pilares, aplicáveis às instituições do sector, que visam essencialmente um aumento da sensibilidade dos requisitos mínimos de fundos próprios aos respectivos níveis de risco de crédito e operacional a que estão expostas (Pilar I) e o reforço do processo de supervisão bancária no sentido de se assegurar, não apenas que os referidos requisitos mínimos são cumpridos, mas também encorajando o sector a desenvolver melhores técnicas de monitorização e gestão do risco (Pilar II). Finalmente, o Pilar III respeita à “Disciplina de Mercado” visa complementar os outros dois pilares, na medida em que estabelece um conjunto de requisitos mínimos de divulgação de informação ao público sobre elementos chave de informação das instituições do sector, como sejam a composição do seu capital, nível de exposição aos vários tipos de risco e processo utilizados para a respectiva monitorização e gestão e ainda, sobre a adequação dos fundos próprios.

Os termos definidos pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2007, de 27 de Abril, vem reforçar este entendimento, requerendo às instituições de crédito e empresas de investimento que contemplem informação sobre os riscos incorridos no âmbito das suas actividades, atendendo aos objectivos estratégicos definidos e aos processos e sistemas de avaliação instituídos.

O Deutsche Bank (Portugal), S.A. é uma instituição de crédito com sede em Lisboa, e está sujeito à supervisão do Banco de Portugal, onde se encontra registado. No âmbito da sua actividade de intermediação financeira, o Deutsche Bank (Portugal), S.A. encontra-se sujeito à supervisão da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, onde também se encontra registado. É ainda membro do Fundo de Garantia de Depósitos e do Sistema de Indemnização aos Investidores.

O Conselho de Administração do Deutsche Bank (Portugal), S.A. mantém uma preocupação permanente em comunicar com os seus *stakeholders*, pelo que o Relatório de Disciplina de Mercado é tido como uma oportunidade para atingir este fim, enquadrando-se assim nos princípios orientadores da Sociedade, permitindo assim, aos participantes de mercado, acesso a informações tempestivas e confiáveis proporcionando a tomada de decisões económicas acertadas.

Ao longo deste relatório, onde se divulgam as principais políticas e práticas de gestão de risco, torna-se explícito o vasto conjunto de iniciativas em curso, ou em fase de implementação, que comprovam o papel fundamental que o controlo e a gestão de risco assumem no desenvolvimento equilibrado e sustentado do Deutsche Bank (Portugal), S.A.

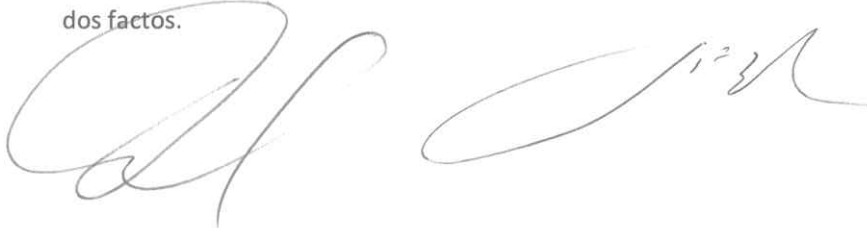
A informação apresentada respeita a sequência definida no índice dos anexos do referido Aviso. Apenas foram consideradas as secções do Aviso tidas por aplicáveis e materialmente relevantes para o Banco.

I. Declaração de Responsabilidade

O Conselho de Administração do Deutsche Bank (Portugal), S.A., sociedade anónima com sede na Rua Castilho, n.º 20, 1250-069 Lisboa – Portugal, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o número de matrícula 1383 e tendo o número de identificação de pessoa colectiva 502 349 620, Capital Social: 125.000.000,00 Euros, C.A.E: 65121, declara e certifica que, no âmbito das obrigações de divulgação definidas no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2007, de 27 de Abril, preenchidas através do documento “Disciplina de Mercado”, e com referência ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2010:

- ✓ Certificou que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- ✓ Está assegurada a qualidade de toda a informação divulgada, incluindo a referente ou com origem em entidades englobadas no grupo económico no qual a Deutsche Bank (Portugal), S.A., se insere;
- ✓ A Entidade compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que este documento se refere;
- ✓ Não se verificou a ocorrência de quaisquer eventos relevantes, entre o termo do exercício a que se refere o presente documento e a data da sua publicação.

Para os efeitos julgados necessários atesta-se que o acima declarado corresponde à verdade dos factos.



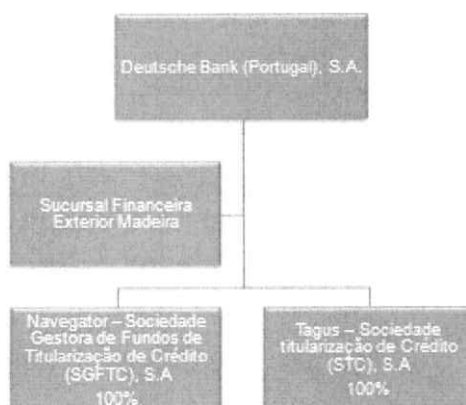
II. Âmbito de Aplicação e Políticas de Gestão de Risco

A gestão integrada dos riscos – Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional e outros – constitui um dos vectores primordiais de suporte a uma estratégia de crescimento sustentada e à manutenção de uma adequada relação entre o nível de fundos próprios e a actividade desenvolvida, assim como uma correcta avaliação do perfil de risco/retorno das diferentes linhas de negócio.

1. As informações de natureza qualitativa relativamente ao âmbito de aplicação são:

O Capital social em 2009 era de 125.000.000,00 Euros representado por 25.000.000 acções com o valor nominal de 5 Euros e encontrava-se integralmente subscrito e realizado. À data de 31 de Dezembro de 2010, não sofrendo qualquer alteração, o capital social do Deutsche Bank (Portugal), S.A. é detido a 100% pelo Deutsche Bank AG.

O Grupo Deutsche Bank Portugal é constituído pelo Deutsche Bank (Portugal), S.A. e duas subsidiárias: a Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Crédito S.A. e a Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos S.A. nas quais o banco detém a totalidade do capital.



A Navigator SGTC, S.A. é uma sociedade financeira que iniciou a sua actividade em 2 de Dezembro 2002, e cujo âmbito consiste na administração de Fundos de Titularização de Créditos, nos termos da legislação aplicável. Durante o exercício de 2010, a actividade da sociedade continuou a reflectir a liderança do Grupo Deutsche Bank no mercado português de titularização de créditos, tendo sido criados quatro novos fundos de titularização de crédito, totalizando vinte e três fundos de titularização de crédito sob gestão.

Os fundos próprios da Navigator SGFTC, S.A., face à evolução dos montantes sob gestão e obrigações decorrentes da legislação em vigor em 31 de Dezembro de 2010 decompunha-se nesta data em capital social realizado no montante de 7.500.000 Euros e prestações acessórias de capital, efectuadas pelo accionista Deutsche Bank (Portugal), S.A. no montante de 10.775.199 Euros (em 2009 foi de 10.775.199 Euros) e prestações acessórias subordinadas no

montante total de 4.397.950,00 Euros. Os capitais próprios da Sociedade, à data de 31 de Dezembro de 2010 totalizavam 19.297.506 Euros.

A Tagus STC, S.A. iniciou a sua actividade em 11 de Novembro de 2004, tendo por objecto o exercício de actividades permitidas por lei às sociedades de titularização de créditos, nomeadamente a realização de operações de titularização de créditos, mediante a aquisição, gestão e transmissão de créditos e a emissão de obrigações titularizadas para o pagamento dos créditos adquiridos.

Os capitais próprios da TAGUS STC, S.A., face às operações de titularizações e às obrigações decorrentes da legislação em vigor em 31 de Dezembro de 2010, decompunha-se em capital social totalmente realizado, no montante de 250.000,00 Euros, tendo o accionista Deutsche Bank (Portugal), S.A. efectuado prestações acessórias de capital à sociedade, no montante total de 2.397.040,00 Euros, e prestações acessórias subordinadas no montante total de 11.569.169,00 Euros. Estes valores compõem os fundos próprios da Sociedade em montante suficiente para cumprir com os rácios prudenciais em matéria de fundos próprios previstos no artigo quadragésimo terceiro da lei da Titularização de Créditos, bem como com os requisitos constantes do Regulamento da CMVM número 12/2002 de dezoito de Julho.

É de salientar que não existem impedimentos ao Deutsche Bank (Portugal), S.A., para uma rápida transferência de fundos próprios com excepção dos decorrentes da lei.

2. Integração em conglomerado financeiro

Não se aplica ao Deutsche Bank (Portugal), S.A.

3. Objectivos e políticas em matérias de gestão de risco

Compete à área de CRM acompanhar e supervisionar todo o processo de apreciação das operações de crédito, existindo uma definição dos mercados e objectivos na angariação do crédito, rigorosa análise do risco do cliente e do fornecedor (quando aplicável), níveis de competência de decisão consoante o valor financiado, assim como garantir o bom cumprimento das normas estabelecidas no regulamento creditício do Deutsche Bank. Assegura ainda a recuperação de empréstimos de qualidade incerta e certifica-se de que a gestão do risco e os sistemas de reporte são exactos e oportunos

Os riscos de crédito, de mercado, liquidez, cambial e operacional são os riscos mais significativos em que o Grupo incorre.

Compete ao Conselho de Administração Executivo do Deutsche Bank, garantir a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de risco que permitam a implementação dos limites aprovados, assim como uma visão consolidada dos riscos e uma análise individual por linha de negocio e/ou empresa participada.

Risco de Crédito

O risco de crédito reflecte o grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador de um empréstimo (e seu garante, se existir), quer do emitente de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Para além da quantificação dos riscos do balanço, a avaliação regular das exposições fora de balanço, montantes não utilizados e outro tipo de instrumentos enquadra-se num conjunto de controlos que visa uma maior eficácia no modelo de gestão do risco de crédito.

A existência de um único sistema de notação de risco para as empresas, constitui um dos factos de maior relevância, em matéria de risco de crédito. Este modelo traduz a probabilidade de incumprimento esperada, acomodando os resultados dos diferentes sistemas de monitorização do crédito, imparidade, sinais de alerta, crédito vencido, entre outros.

Realça-se ainda o modelo de *scoring* para os particulares assim como o sistema de gestão de colaterais. Ao nível da gestão de colaterais registou-se um reforço do alinhamento da gestão informática dos colaterais com as exigências regulamentares, nomeadamente ao nível da elegibilidade dos instrumentos de mitigação e da respectiva associação às operações e crédito.

Em 2007, e tendo em vista o aperfeiçoamento das métricas utilizadas para a quantificação do risco de crédito, implementou-se um modelo de *Homogeneous Portfolio*, de acordo com os requisitos do Pilar II de Basileia II. Trata-se de um modelo actuarial, baseado no facto de um suficientemente grande número dos riscos individuais terem uma baixa probabilidade de ocorrência, que permite, a partir da exposições e características específicas de carteira de crédito, obter a distribuição de probabilidade das perdas totais.

Risco de Mercado

O conceito de riscos de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada em resultado de alterações adversas de taxas de juro e de câmbio, de preços acções e obrigações.

Na quantificação dos riscos incorridos, que se pretende sistemática e completa, várias métricas têm vindo a ser progressivamente desenvolvidas e implementadas. Na carteira de negociação, desenvolveram-se métricas baseadas na medida de risco que inclui o modelo *Value at Risk-Var*

A monitorização dos riscos de mercado, nas carteiras de negociação, é efectuada através de um conjunto alargado de actividades que envolvem o acompanhamento diário das carteiras, exercício de *backtesting*, validação complementar dos modelos e pressupostos utilizados, controlos de operações caracterizadas nos sistemas e a atribuição de limites prudenciais sustentados nos fundos próprios do Grupo.

O Deutsche Bank (Portugal) utiliza também um conjunto de cenários de “*stress*”, de mercado, histórico e customizados, para simular a perda económica potencial decorrente de variações extremas nos factores de risco de mercado, identificar situações não capturadas pelo modelo

de VAR, identificar maiores sensibilidades e limitar exposições consideradas excessivas.

A principal medida utilizada pelo Grupo na avaliação dos riscos de mercado é o VAR (*Value at Risk*). O VAR mede a perda potencial, em condições normais de mercado, que não excede um determinado nível de confiança e para um determinado período. Assim o cálculo do VAR é efectuado com base na aproximação analítica, sendo calculado considerando um horizonte temporal de dez dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%. É apurado um valor de VAR em termos consolidados considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

Para verificar a idoneidade das estimativas de risco e a consistência do modelo VAR, é efectuada uma comparação dos resultados diários com as perdas estimadas pelo VAR. Este exercício denomina-se *backtesting*.

O processo de cálculo do VAR é efectuado centralmente (DB Frankfurt) para todas as empresas participadas do Grupo DB com actividades nas áreas de mercado, através de um software desenvolvido por entidade externa, permitindo assim a todos os países com risco de taxa de juro o acesso on-line aos valores de risco das respectivas carteiras.

O VAR é utilizado como medida de avaliação dos riscos incorridos pelas áreas de negociações e de cobertura, conforme decidido no âmbito do ALCO.

As posições são maioritariamente assumidas em instrumentos de taxa de juro, assumindo que as participações financeiras apresentam valores inexpressivos.

Risco Cambial

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos existe quando se investe num activo ou fundo titulados em moeda estrangeira, nomeadamente (USD; GBP; CHF, SEK e outros) e consiste na oscilação do valor do seu investimento em função da variação da taxa de câmbio. O grau de exposição ao risco de conversão é tanto maior quanto maior for o volume de activos e passivos denominados em moeda estrangeira e detidos a data do balanço.

No Grupo, a gestão do risco cambial encontra-se centralizada sob a responsabilidade do Departamento Financeiro, e com o enquadramento de limites aprovados pelo Conselho de Administração Executivo. O risco cambial do Deutsche Bank Portugal apresenta valores inexpressivos no seu cômputo geral.

Risco Compliance

A gestão do risco reputacional está inerente à percepção negativa da imagem pública da instituição por parte do mercado (contraparte, clientes, colaboradores, investidores, supervisores, órgão de imprensa, público em geral). Um reporte deficiente, não atempado, ou

que origina dúvidas quanto ao correcto funcionamento da empresa, poderá comprometer a sua viabilidade, quer em termos financeiros no caso de aplicações de coimas, quer em termos de continuidade da licença para Gestão Discricionária de Carteiras e Consultoria de Investimentos.

Assim sendo, a relação do Grupo Deutsche Bank com os seus clientes está baseada na confiança. De forma a manter e reforçar esta confiança, o Departamento de *Compliance* deve garantir o seguinte:

- ❖ Que os serviços financeiros relacionados com o mercado de títulos e valores do Grupo Deutsche Bank, assim como os seus colaboradores, cumprem as normas aplicáveis;
- ❖ Que o Grupo Deutsche Bank não favorece os interesses de um cliente em detrimento de outro, nem favorece ou aparenta favorecer os seus próprios interesses face aos interesses dos clientes;
- ❖ Que a informação essencial, e não pública, de uma determinada área não passa para outra área, ficando desta forma garantida a confidencialidade e evitado o mau uso, ou a aparência de mau uso dessa informação.

Ao garantir o cumprimento das normas relativas a títulos e valores dentro do Grupo Deutsche Bank (baseadas em normas civis e criminais emanadas pelos órgãos de supervisão), *Compliance* está a proteger os interesses dos clientes, assim como o próprio Grupo de sanções e multas legais. Eliminando o risco de prejuízo da reputação profissional do Grupo, ficam os colaboradores do Grupo também protegidos.

Compliance (conformidade) também deve garantir que todos os colaboradores do Grupo actuam de acordo com as melhores práticas e valores profissionais e éticos, práticas e valores esses que se podem estender para além do que se encontra estipulado pelos requerimentos mínimos obrigatórios por lei.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez reflecte a possibilidade de se incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda de activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado) para suprir necessidades de fundos decorrentes das obrigações a que o Banco se encontra sujeito.

A gestão da posição de liquidez do Deutsche Bank (Portugal) é efectuada de uma forma centralizada (Deutsche Bank Frankfurt) para as principais moedas de exposição. Nestas condições, quer as necessidades de financiamento, quer os eventuais excessos de liquidez, são totalmente geridos por via de operações concretizadas com Frankfurt.

A política de financiamento das empresas do Grupo Deutsche Bank encontra-se definida ao nível de um regulamento interno que estabelece um conjunto de regras a respeitar em termos

de *gaps* máximos de liquidez por intervalo de tempo, visando garantir que a estrutura de financiamento das mesmas se encontra adequada às características da respectiva carteira de activos.

A avaliação do risco de liquidez do Banco é efectuada utilizando indicadores regulamentares definidos pela Autoridade de Supervisão, assim como por via de outras métricas internas para as quais se encontram, igualmente, definidos limites de exposição. A evolução da situação de liquidez do Grupo é efectuada diariamente (nas referidas métricas internas), avaliando as necessidades máximas de tomadas de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projecções de *cash-flows* para todos os períodos até 56 dias.

Estes valores são reportados diariamente às áreas responsáveis pela gestão da posição de liquidez e confrontados com os limites de exposição em vigor.

A gestão da liquidez é coordenada ao nível consolidado pelo *Group Treasurer* (DB AG), cabendo-lhes ainda a coordenação, ao nível de cada País, das diferentes unidades de gestão de liquidez. É também o *Group Treasurer* que coordena as entidades do Grupo no esforço contínuo de acesso ao mercado, via relacionamento com financiadores, diversificação de passivos e venda de activos, e que assegura a conformidade das duas ferramentas principais de gestão da liquidez a nível estrutural, o Plano de Liquidez e o Plano de Contingência de Liquidez.

Risco Operacional

Por risco operacional entende-se as perdas potenciais resultantes de falhas ou inadequação dos processos internos, das pessoas ou dos sistemas ou, ainda, de eventos externos.

O Deutsche Bank (Portugal), S.A. tem adoptado, desde sempre, princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente, através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos a segregação de funções, as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações, os limites de exposição, os códigos deontológicos e de conduta, os indicadores chave, os controlos ao nível informático, os planos de contingência, os acessos físicos e lógicos, as actividades de reconciliação, os relatórios de excepção e a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

Sem prejuízo da responsabilização de toda a estrutura na gestão do risco operacional, o DB Portugal possui um departamento dedicado em exclusividade à gestão deste risco em conformidade com as recomendações do Banco de Portugal e com as práticas consagradas na Secção 404 d Sarbanes-Oxley Act.

Risco de Contingência

A política de continuidade das operações do Deutsche Bank (Portugal), S.A. é governada por um conjunto de normas cuja aplicação é da responsabilidade do CSBCM – “*Corporate Security and Business Continuity*”. A gestão a mais alto nível é efectuada a partir da casa-mãe, na Alemanha e, localmente, por um “*BCM Relationship Manager*” a quem cabe a responsabilidade de coordenar localmente todas as actividades relacionadas com a política de continuidade das operações.

Cada área de negócio é responsável pela elaboração de um conjunto de documentos, revistos periodicamente, que incluem:

- “*Business Continuity Document*” – contém todas as actividades obrigatórias ainda que num cenário de crise, onde podem ser efectuadas, com que meios, por que colaboradores e em que espaço de tempo. Em anexo a esse documento constam o plano de emergência, o mapa com a localização do *Recovery Site* e lista de contactos;
- “*Call Tree Test*” – efectuada a cada 6 meses, consiste no contacto, fora das horas de expediente, de todos os membros de uma determinada equipa, pelo respectivo BCM Coordinator;
- “*Awareness Training*” – consiste no contacto periódico entre o BCM *Relationship Manager* e os BCM *Coordinators* sobre eventuais mudanças/actualizações das políticas BCM do Grupo;
- “*Business Recovery Test*” – consiste no teste das aplicações e execução dos meios necessários para as actividades previstas no *Business Continuity Document*.

São nomeados BCM *Coordinators* e BCM *Supervisors*; o primeiro é responsável pela elaboração de documentos e testes e o segundo pela sua aprovação. Toda essa documentação se encontra num site (eBCM) ao qual acedem o BCM *Coordinator* e o BCM *Supervisor* para as devidas actualização e aprovação.

Cabe ao BCM *Relationship Manager* zelar pela execução atempada da documentação acima referida. Para tanto, no eBCM (portal interno) encontra-se um *Score Card* com as datas de vencimento de toda essa documentação por Coordenador.

III. Adequação de Capitais

O apuramento dos Fundos Próprios do Deutsche Bank (Portugal), S.A. está regulamentado pelo Aviso n.º 12/92 do Banco de Portugal. No essencial, o cálculo baseia-se em informação contabilística constante das demonstrações financeiras da Instituição, complementada com alguma informação de natureza extra-contabilística.

O Deutsche Bank (Portugal), S.A. desenvolveu um processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (designado por ICAAP - Internal Capital Adequacy Assessment Process) em função dos riscos inerentes às suas actividades) e visando a manutenção dos níveis de capital.

Na base do ICAAP encontra-se o conceito de capital económico o qual consiste numa medida de risco que pretende quantificar as perdas inesperadas com um dado nível de confiança estatística. O ICAAP visa garantir que os riscos a que o Deutsche Bank (Portugal), S.A. se encontra exposto são correcta e exhaustivamente avaliados e que o capital interno de que dispõe é adequado face ao respectivo perfil de risco.

O ICAAP acarreta assim um conjunto de desafios, quer pela complexidade das metodologias a utilizar, quer pelos requisitos de informação e aplicacionais que lhes estão associados, mas também constitui uma oportunidade para aprofundar os processos e políticas de gestão de risco e de planeamento e gestão da base de capital.

1. As informações de natureza qualitativa relativamente à adequação de capitais são:

1.1. Principais componentes dos fundos próprios

Os fundos próprios do Grupo são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis tendo por base no cálculo as regras definidas pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 12/92, que define o conceito de capital regulamentar e dos aviso n.º 5/2007, que estabelecem a ponderação de risco dos elementos activos e extra patrimoniais. Os fundos próprios totais resultam da soma dos próprios de base (*Tier I*) com os fundos próprios complementares (*Tier II*) e da subtracção da componente relevada no agregado deduções.

De acordo com as regras do Banco de Portugal, as Instituições de Crédito são obrigadas a manter em permanência um rácio de solvabilidade superior a 8%, calculado pelo quociente entre os seus Fundos Próprios e os seus Activos de Risco.

Para além do rácio de solvabilidade, o Banco de Portugal procede ao acompanhamento e supervisão da Instituição em matéria prudencial, estabelecendo regras no sentido de salvaguarda da solidez do sistema financeiro.

Numa base individual, em 31 de Dezembro de 2009, o valor dos Fundos Próprios Elegíveis totalizavam 144 milhões de euros, a totalidade respeitante a *Tier I* (de Base), e um rácio de

solvabilidade de 9,8%. No que concerne a 31 de Dezembro de 2010, o valor dos Fundos Próprios Elegíveis totalizavam o montante de EUR 149 milhões, dos quais 100% respeitavam ao *Core Tier I* (Fundos Próprios de Base). O rácio de solvabilidade do Deutsche Bank (Portugal), S.A., numa base individual, era de 9,6%.

Numa base consolidada, e em 31 de Dezembro de 2009, o valor dos Fundos Próprios Elegíveis totalizavam 137 milhões de euros, totalidade respeitante a *Tier I* (de Base). Em termos de deduções, o Grupo apresentava um valor de 20,4 milhões de euros, e um rácio de solvabilidade de 9,3%, o qual apresentava uma variação negativa de 10,6% em relação a Dezembro de 2008. Relativamente a 31 de Dezembro de 2010 e em termos consolidados o rácio era de 9,3%.

1.2. Auto-Avaliação da adequação do Capital Interno

O ICAAP obedece aos requisitos do Pilar I do acordo de Basileia II, desenvolvido pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia e adaptado para Portugal, através da entidade reguladora, o Banco de Portugal, de acordo com a instrução nº 15/2007 do Manual de Instruções do Banco de Portugal.

A avaliação da adequação de capital a nível local é parte integrante da agenda do Comité de Activos e Passivos (ALCO) do Deutsche Bank Portugal. Desta forma, o modelo ICAAP não é um processo inteiramente novo, mas sim um aperfeiçoamento e formalização do que já tem vindo a ser realizado.

O ICAAP foi elaborado conjuntamente pelas divisões de negócios e funções de grupo. É objecto de discussão e aprovação nos comités de Activos e Passivos (ALCO) e Conselho de Administração Executivo. De referir que os riscos tratados no âmbito do ICAAP são nomeadamente: Risco de Crédito; Risco de Mercado; Risco da Taxa de Juro e Taxa de Câmbio; Risco Operacional; Risco Liquidez; Risco Reputacional; Risco *Compliance*; Risco de Sistemas de Informação; Risco de Concentração; Risco de Estratégia.

O ICAAP está adequadamente suportado por um modelo de governação, visando sobretudo a sua integração na cultura, na gestão e no processo de decisão do Deutsche Bank (Portugal), S.A.. Pretende-se alcançar este vasto conjunto de objectivos através de um ciclo contínuo que permita a utilização dos resultados obtidos. O planeamento da evolução do capital interno assume de facto e neste contexto um papel relevante, não apenas por ser um processo contínuo de análise monitorização e reajustamento dos níveis de capital subjacentes ao perfil de risco assumido mas também por disponibilizar os necessários inputs para o processo de tomada de decisão estratégica e operacional.

Quanto à análise e revisão do ICAAP, importa referir que o Deutsche Bank opera como um grupo integrado através das suas divisões de negócio e de funções de controle e infra estruturas. A gestão do capital e risco do grupo é realizada através de um quadro de princípios e estruturas organizacionais, bem como através de processos de monitorização e acompanhamento, que se encontram alinhados com as actividades das áreas de negócio.

Certas medidas de risco são realizadas sobre uma base de Grupo e não pela entidade a nível local. Por exemplo, o capital económico indica a posição de risco de cada actividade de negócio, numa base individual até ao nível de grupo consolidado.

1.3.Método utilizado para apurar a adequação de fundos próprios ao nível do conglomerado financeiro

Segundo a instrução Instrução n.º 27/2007, esta situação não é aplicável ao Deutsche Bank (Portugal),S.A.

2. Modelo “Adequação de Capitais”

2.1. Modelo “Adequação de Capitais para efeitos de fundos próprios”

ADEQUAÇÃO DE CAPITALIS - PARTE 1

	31-12-2010	31-12-2009
1. Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade (=?(1.1 a 1.5.))	142,575,390	144,134,509
1.1. Fundos próprios de base (=?(1.1.1 a 1.1.5.))	142,575,390	144,134,509
1.1.1. Capital elegível (=?(1.1.1.1 a 1.1.1.4.))	125,000,000	125,000,000
1.1.1.1. Capital realizado	125,000,000	125,000,000
1.1.1.2. (-) Ações próprias	0	0
1.1.1.3. Prémios de emissão	0	0
1.1.1.4. Outros instrumentos equiparáveis a capital	0	0
1.1.2. Reservas e resultados elegíveis (=?(1.1.2.1 a 1.1.2.5.))	19,523,799	19,165,543
1.1.2.1. Reservas	19,523,799	19,165,543
1.1.2.2. Interesses minoritários elegíveis	0	0
1.1.2.3. Resultados do último exercício e resultados provisórios do exercício em curso	0	0
1.1.2.4. (-) Lucros líquidos resultantes da capitalização de receitas futuras provenientes de activos titularizados	0	0
1.1.2.5. Diferenças de reavaliação elegíveis para fundos próprios de base	0	0
1.1.3. Fundo para riscos bancários gerais	0	0
1.1.4. Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base (=1.1.4.1 + 1.1.4.2.)	0	0
1.1.4.1. Impacto na transição para as NIC/NCA (impacto negativo)	0	0
1.1.4.2. Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base	0	0
1.1.5. (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base (=?(1.1.5.1 a 1.1.5.3.))	-1,948,409	-31,034
1.1.5.1. (-) Imobilizações incorpóreas/activos intangíveis	-1,948,409	-31,034
1.1.5.2. (-) Excedente em relação aos limites de elegibilidade de instrumentos incluídos nos fundos próprios de base	0	0
1.1.5.3. (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base	0	0
1.2. Fundos próprios complementares (=?(1.2.1 a 1.2.3.))	0	0
1.2.1. Fundos próprios complementares - Upper Tier 2	0	0
1.2.2. Fundos próprios complementares - Lower Tier 2	0	0
1.2.3. (-) Deduções aos fundos próprios complementares	0	0
1.3. (-) dedução aos fundos próprios de base e complementares	0	0
1.3a. Das quais: (-) aos fundos próprios de base	0	0
1.3b. Das quais: (-) aos fundos próprios de complementares	0	0
1.4. Deduções aos fundos próprios totais	0	0
1.5. Fundos próprios suplementares totais disponíveis para cobertura de riscos de mercado	0	0
1.6. Por memória	142,575,390	144,134,509
1.6.1. (+) Excesso / (-) Insuficiência provisões nas posições ponderadas pelo risco através método das Notações Internas	0	0
1.6.1.1. Montante de provisões no método das Notações Internas	0	0
1.6.1.2. (-) Perdas esperadas determinadas no método das Notações Internas	0	0
1.6.2. Valor nominal dos empréstimos subordinados reconhecidos como elemento positivo dos fundos próprios	0	0
1.6.3. Requisito mínimo de capital social	0	0
1.6.4. Fundos próprios de referência para efeitos dos limites relativos aos grandes riscos	142,575,390	144,134,509

Valores em euros

2.2. Modelo "Adequação de Capitais para efeitos de requisitos de fundos próprios"

ADEQUAÇÃO DE CAPITALS - PARTE 2

	31-12-2010	31-12-2009
2. Requisitos de fundos próprios (= (2.1 a 2.6))	124,208,782	117,692,369
2.1. Para riscos de crédito, risco de crédito de contraparte, risco de redução dos valores a receber e risco de entrega (= (2.1.1 a 2.1.2.))	116,324,439	111,115,920
2.1.1. Método Padrão (= (2.1.1.1. a 2.1.1.2.))	116,324,439	111,115,920
2.1.1.1. Classes de risco no Método Padrão, excluindo posições de titularização	1,600,413	3,195,437
2.1.1.1.1. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições centrais ou sobre banco centrais	0	0
2.1.1.1.2. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições regionais ou autoridades locais	0	0
2.1.1.1.3. Créditos ou créditos condicionais sobre organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	0	0
2.1.1.1.4. Créditos ou créditos condicionais sobre bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0
2.1.1.1.5. Créditos ou créditos condicionais sobre organizações internacionais	0	0
2.1.1.1.6. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	11,237,659	20,628,466
2.1.1.1.7. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	25,133,654	27,496,253
2.1.1.1.8. Créditos ou créditos condicionais sobre carteira de retalho	25,798,119	20,890,752
2.1.1.1.9. Créditos ou créditos condicionais com garantia de bens imóveis	40,728,994	29,986,267
2.1.1.1.10. Elementos vencidos	1,630,657	1,234,502
2.1.1.1.11. Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado	0	0
2.1.1.1.12. Créditos sob a forma de obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público	0	0
2.1.1.1.13. Créditos sob a forma de organismos de investimento colectivos (OIC)	0	0
2.1.1.1.14. Outros elementos	10,194,942	7,684,243
2.1.2. Método de titularização no método padrão	0	0
2.1.2.1. Quando não são utilizadas estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão	0	0
2.1.2.1.1. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições centrais ou sobre banco centrais	0	0
2.1.2.1.2. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	0	0
2.1.2.1.3. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	0	0
2.1.2.2. Quando são utilizadas estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão	0	0
2.1.2.2.1. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições centrais ou sobre banco centrais	0	0
2.1.2.2.2. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	0	0
2.1.2.2.3. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	0	0
2.1.2.3. Créditos sobre acções	0	0
2.1.2.4. Posições de titularização	0	0
2.1.2.5. Outros activos que não sejam obrigações de crédito	0	0
2.2. Risco de liquidação	0	0
2.3. Requisitos de fundos próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos sobre mercadorias (= (2.3.1. + 2.3.2.))	0	0
2.3.1. Método Padrão (= (2.3.1.1. a 2.3.1.4.))	0	0
2.3.1.1. Instrumentos de dívida	0	0
2.3.1.2. Títulos de capital	0	0
2.3.1.3. Riscos cambiais	0	0
2.3.1.4. Riscos sobre mercadorias	0	0
2.3.2. Método dos modelos internos	0	0
2.4. Requisitos de fundos próprios para risco operacional (= (2.4.1. a 2.4.3.))	7,884,344	6,576,449
2.4.1. Método do indicador Básico	7,884,344	6,576,449
2.4.2. Método Standard	0	0
2.4.3. Método de Medição Avançada	0	0
2.5. Requisitos de fundos próprios - Despesas gerais fixas	0	0
2.6. Requisitos transitórios de fundos próprios e outros requisitos de fundos próprios	0	0
<i>Valores em euros</i>		

2.3. Modelo “Adequação de Capitais para efeitos de adequação de capitais”

ADEQUAÇÃO DE CAPITALS - PARTE 3

	31-12-2010	31-12-2009
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios	18,366,608	26,442,141
Rácio de Solvabilidade (%)	9.18%	9.80%
Adequação de fundos próprios ao nível do conglomerado financeiro		

Valores em euros

IV. Risco de Crédito de Contraparte

O risco de contraparte decorre do risco de incumprimento de determinada contraparte de uma operação antes da liquidação final dos respectivos fluxos financeiros. Isto é, consiste na incerteza sobre a capacidade dos clientes de cumprirem as obrigações decorrentes de operações de comércio internacional ou da utilização dos diversos produtos monetários, de capitais, cambial e seus derivados. Sempre que exista a incapacidade por parte de uma contraparte em cumprir com as suas obrigações, existe risco de contraparte e simultaneamente risco de crédito.

1. As informações de natureza qualitativa relativamente ao risco de crédito de contraparte são:

- 1.1. Descrição da forma como a instituição afecta o capital interno

O Deutsche Bank (Portugal), S.A. funciona por meio das suas divisões de negócios e das funções de infra-estruturas como um Grupo Integrado.

A grande variedade de negócios obriga a que sejam efectivamente identificados, medidos, agregados e geridos todos os riscos intrínsecos, assim como, a alocação apropriada do capital utilizado pelas áreas do Banco.

A gestão destes riscos é feita através de uma definição clara de regras, estruturas e monitorização dos resultados, totalmente em linha com o que é definido pela nossa casa mãe. Assim, de forma a garantir uma gestão eficiente dos riscos e a universalidade de práticas, o Grupo Deutsche Bank instituiu um modelo transversal de gestão de risco, tendo concentrado o risco de crédito (CRM) e de mercado em áreas de gestão específica com segregação total entre as funções de origem das de gestão e controle de risco.

O risco de capital obtem-se através de um quadro de princípios, estruturas organizacionais, bem como uma medição e monitorização de processos que estão alinhados com as actividades das suas divisões do Grupo. Determinados cálculos de risco, tais como o capital económico, são executados apenas numa base de divisão do Grupo, sendo posteriormente atribuídos a nível local.

Note-se que a gestão de capital local centra-se na procura de capital regulamentar para dar suporte aos riscos assumidos pelos negócios com base no Pilar I, mais conservador do que o capital económico calculado a nível do Grupo e atribuídos ao Deutsche Bank Portugal. Assim o Grupo Deutsche Bank usa várias técnicas para medir e controlar os riscos decorrentes das suas posições de mercado ou carteira de empréstimo.

- 1.2. Políticas sobre ajustamentos das avaliações e reservas

Os instrumentos derivados, operações de recompra, contracção ou concessão de empréstimos de valores mobiliários, operações de liquidação longa e operações de concessão de

empréstimos com imposição de margem são objecto de requisitos prudenciais de capital para risco de crédito de contraparte.

Para a redução do Risco de Crédito Contraparte o Deutsche Bank (Portugal), S.A. mantém como política a aceitação em exclusivo, de colateral constituído por numerário (depósitos ou instrumentos equivalentes). O Risco Potencial é assim ajustado em função do prazo de revisão e reposição de colateral, de acordo com os coeficientes definidos para o referido prazo, para os tipos de instrumentos em causa.

O Deutsche Bank (Portugal), S.A. tem contratos com as suas principais contrapartes que servem de garantia do valor de mercado (mark-to market) das operações de derivados. O colateral tem geralmente a forma de um depósito pelo que não se coloca o risco de deterioração do respectivo valor. A fim de garantir a eficácia dos contratos de colateral, o Deutsche Bank (Portugal), S.A. realiza uma análise diária, do valor de mercado das operações subjacentes a estes contratos e dos depósitos efectuados pelas contrapartes.

A política de crédito define as regras e procedimentos que regem a concessão de crédito, bem como os mecanismos de controle para ser usado. Essas regras são analisadas e aprovadas anualmente pela área do CRM e o Conselho Executivo do Deutsche Bank (Portugal), S.A.

A concentração de risco é um dos elementos principais dos modelos de dependência e correlação dos sistemas de gestão de risco do Grupo Deutsche Bank, no qual compreende conceitos como o apetite pelo risco e limites de risco (por exemplo, para risco de crédito, de mercado, de liquidez, etc) de forma a lidar com as concentrações de risco de uma forma consistente.

No sentido de avaliar a concentração das posições em risco da carteira de crédito, foram analisadas a distribuição geográfica (consiste na afectação das posições em risco originais por país) e sectorial da carteira (consiste na análise por sector da afectação das posições em risco baseados no CAE "Código das Actividades Económicas"), o valor das garantias por contrato, o valor das garantias por beneficiário e a concentração por cliente.

Como princípios adoptados ao avaliar os empréstimos temos:

- ∴ Os empréstimos devem ser alocados de acordo com a capacidade de reembolso do cliente;
- ∴ Os empréstimos devem ser concedidos em conformidade com os requisitos legais e normativos;
- ∴ Os empréstimos não devem originar qualquer risco de reputação ao banco (restrições específicas aplicadas aos clientes ou transações que estão relacionadas com certas indústrias ou com questões específicas).

∴

No que concerne a avaliação e processo de decisão de crédito:

A natureza precisa da avaliação, decisão e processo de acompanhamento do crédito depende principalmente do tipo de produto, exposição e a existência e qualidade do colateral. A avaliação de crédito, a decisão e o processo de acompanhamento seguem cinco etapas básicas: análise fornecidas; verificação do crédito; análise do crédito; decisão; monitorização e emissão de relatórios.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definidas como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificadas como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possa ser estimado de forma fiável.

Relativamente a política do crédito, do Deutsche Bank (Portugal), S.A. e para efeitos do provisionamento das posições em risco objecto de imparidade, consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

De referir que o sistema de controlo interno é monitorizado e avaliado sendo identificadas as principais fragilidades e definidos planos de acção que são acompanhados pelo Conselho de Administração.

1.3. Determinação do valor da posição em risco

O Deutsche Bank (Portugal), S.A. quantifica o risco de contraparte nas operações com instrumentos financeiros derivados, nas operações de tesouraria e operações cambiais. Para estas operações a posição em risco é determinada recorrendo ao método de avaliação ao preço de mercado (*mark-to-market*), definidos na Parte 3 do Anexo V do aviso Banco de Portugal n.º 5/2007, que consiste em adicionar ao valor de mercado da operação, quando positivo, o seu potencial de valorização futuro, o qual resulta da multiplicação do notional por um factor prudencial em função do tipo de contrato.

1.4. Aplicação do Método Interno

Não se aplica ao Deutsche Bank (Portugal), S.A, o método das notações internas previsto na parte 6 do Anexo V do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007, uma vez que foi aplicado o método padrão.

2. Modelo “Risco de Crédito de Contraparte”

2.1. Para efeitos do método Padrão

RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (MÉTODO PADRÃO)

	Posição em risco original	Técnicas de redução do risco de crédito com efeito de subst. na posição em risco original líquida (a)	Valor da posição em risco totalmente ajustado	Montante da posição ponderada pelo risco	
				31-12-2010	31-12-2009
	1	2	3	4	5
Operações de recompra, contratação/concessão de empréstimos de valores mobiliários ou de mercadorias, operações de liquidação longa e operações de empréstimo com imposição da margem					
Instrumentos derivados	21,520,276			7,681,277	13,436,635
Compensação contratual multiproduto					

(a) Efeito de substituição na posição em risco, correspondente ao líquido entre "saídas" e "entradas".

Valores em euros

3. Modelo “coberturas com Derivados de Crédito”

COBERTURAS COM DERIVADOS DE CRÉDITO									
Classes de Risco (objecto de cobertura)	Posição em risco original (objecto de cobertura) (a)		Montante coberto por Derivados de Créditos						Total
	T ₀	T ₋₁	CDS ¹	TRS ²	CLN ³	Outros	Total T ₀	Total T ₋₁	
	1	2	3	4	5	6	7=3+4+5+6	8	
Classe de Risco 1							0		
Classe de Risco 2							0		
Classe de Risco 3							0		
Classe de Risco 4							0		
Classe de Risco 5							0		
Classe de Risco 6							0		
(...)							0		
Classe de Risco n							0		

Unidade 0,00€

(a) Posição em risco líquida de correções de valor e provisões, se aplicado o método Padrão.

¹ CDS Credit Default Swaps - Swaps de risco de incumprimento

² TRS Total Return Swaps - Swaps de retorno total

³ CLN Credit Linked Notes - Títulos de dívida indexado a crédito

4. Modelo “Instrumentos Derivados de Crédito”

INSTRUMENTOS DERIVADOS DE CRÉDITO				
Operações relativas a derivados de crédito	Posições Longas		Posições Curtas	
	T ₀	T ₋₁	T ₀	T ₋₁
I. Carteira de Crédito (totais):				
a) Swaps de risco de incumprimento (credit default swaps)				
b) Swaps de retorno total (total return swaps)				
c) Títulos de dívida indexados a crédito (credit linked notes)				
d) Outros derivados de crédito				
II. Actividades de Intermediação (totais):				
a) Swaps de risco de incumprimento (credit default swaps)				
b) Swaps de retorno total (total return swaps)				
c) Títulos de dívida indexados a crédito (credit linked notes)				
d) Outros derivados de crédito				

Posições Longas - Valor teórico da protecção adquirida
Posições Curtas - Valor teórico da protecção vendida

Unidade 0,00 €

V. A) Risco de Crédito – Aspectos Gerais

Como aspectos gerais pretende-se dar ênfase ao modelo de gestão de Risco de Crédito, em que o risco de crédito é o risco associado à possibilidade do Deutsche Bank (Portugal), S.A. incorrer em perdas resultantes do incumprimento das obrigações contratuais das suas contrapartes nas respectivas operações de crédito, ou da variação do valor económico de determinado instrumento financeiro, em virtude de uma degradação da qualidade do risco do seu emitente.

1. As informações de natureza qualitativa relativamente ao risco de crédito são:

1.1. Definição e métodos

O risco de crédito pode ser definido como o risco de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de clientes relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a instituição bancária no âmbito da sua actividade de prestação de garantias. Para efeitos contabilísticos, e de modo a determinar o crédito objecto de imparidade, o Deutsche Bank (Portugal), S.A., efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95. O crédito em incumprimento representa o crédito vencido há mais de 90 dias acrescido do crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento; O crédito de juros vencidos refere-se a valores de capital e juros das prestações vencidas e não cobradas.

1.2. Correções de valor e provisões

Para efeitos da provisão para risco específico, os créditos e juros vencidos são classificados por classe de risco, classes I a XIII, de 3 a 60 meses, conforme instrução do Banco de Portugal n.º 6/2005, de 21 de Fevereiro. As prestações vencidas e não cobradas relativas a um mesmo contrato são consideradas na classe de risco da que se encontra por cobrar há mais tempo.

São também provisionados os créditos de cobrança duvidosa correspondentes a prestações vencidas de uma operação de crédito, nas condições da actual versão do n.º 4 do Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho de 1995; n.º 2/99 de 15 de Janeiro de 1999 e n.º 8/03 de 8 de Fevereiro de 2003 do Banco de Portugal.

1.3. Tipo de correções de valor e de provisões associadas em risco objecto de imparidade

Periodicamente é efectuada pelo Grupo a avaliação da imparidade dos activos da carteira com recurso a um modelo desenvolvido para o efeito que tem em consideração o montante estimado dos recebimentos de dívidas até ao final da operação (baseado na análise histórica de recebimentos), os custos e proveitos associados, bem como a taxa de juro implícita na operação.

1.4. Correções de valor e dos montantes recuperados registados directamente na demonstração de resultados

A nota 17 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 indica as correções de valor e os montantes recuperados registados directamente na demonstração de resultados, relativos aos referidos anos.

1.5. Risco de concentração

- i. Entende-se por risco de concentração de crédito uma exposição, ou grupo de exposições, em risco, com potencial para produzir perdas de tal modo elevadas que coloquem em causa a solvabilidade da instituição ou a capacidade para manter as suas principais operações. Em particular, o risco de concentração de crédito decorre da existência de factores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes, de tal modo que a deterioração daqueles factores implica um efeito adverso simultâneo na qualidade de crédito da cada uma daquelas contrapartes.

Numa base sistemática, o Deutsche Bank (Portugal), S.A. controla o risco da concentração da sua carteira, pela análise consolidada das maiores exposições existentes, no decurso do tempo, perante uma contraparte individual ou um grupo de contrapartes relacionadas, bem como as concentrações de exposição por sector de actividade (Código das Actividades Económicas), geográfica (país e por distrito) e por moeda. Este processo permite ao Deutsche Bank (Portugal), S.A. efectuar um acompanhamento sistemático da carteira e determinar, preventivamente, potenciais efeitos que possam actuar conjuntamente sobre os riscos de contraparte.

2. Modelo "Posições em Risco"

POSIÇÕES EM RISCO

Classes de Risco	Elementos do activo		Elementos Extrapatrimoniais		Instrumentos derivados		Total da posição em risco		Posições em risco original (média ao longo do período)	
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	115.985.193,98	214.488.588,54	0,00	2.510.719,19	2.133.802,24	0,00	118.495.913,17	216.622.400,78	179.339.941,64	216.897.052,75
CL II - Administrações regionais ou autoridades locais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CL III - Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CL IV - Bancos multilaterais de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CL V - Organizações internacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CL VI - Instituições	656.552.455,29	1.237.149.410,26	50.363.781,56	116.181.723,67	17.373.553,24	20.162.046,09	724.289.790,09	1.375.493.180,02	768.555.188,30	1.135.353.181,06
CL VII - Empresas	571.260.354,20	446.892.672,71	80.508.776,54	85.717.016,53	4.146.723,22	9.395.649,14	655.915.853,96	542.005.338,38	613.680.763,73	495.087.813,46
CL VIII - Carteira de retalho	479.347.268,40	395.995.282,37	4.325.473,47	4.435.796,23	0,00	0,00	483.672.741,87	400.431.078,60	446.064.371,04	358.113.355,99
CL IX - Posições garantidas por bens imóveis	1.392.925.582,37	1.004.697.722,67	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.925.582,37	1.004.697.722,67	1.218.592.640,55	905.492.086,97
CL X - Elementos vendidos	43.099.029,59	34.740.789,75	0,00	0,00	0,00	0,00	43.099.029,59	34.740.789,75	37.700.823,23	21.255.378,42
CL XI - Obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CL XII - Posições em risco sobre organismos investimento colectivo (OIC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CL XIII - Outros elementos	148.620.456,11	110.297.551,61	0,00	0,00	0,00	0,00	148.620.456,11	110.297.551,61	130.435.757,40	105.777.323,15
TOTAL	3.407.790.339,94	3.444.262.027,90	137.708.750,76	208.468.338,67	21.520.276,46	29.557.695,23	3.567.019.367,16	3.682.288.061,80	3.394.369.485,90	3.238.976.191,79

3. Modelo “Distribuição Geográfica das Posições em Risco”

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS POSIÇÕES EM RISCO

(em % da posição em risco original)

Classes de Risco	PORTUGAL		UNIÃO EUROPEIA		RESTO DA EUROPA		AMÉRICA DO NORTE		AMÉRICA LATINA		ÁSIA		ÁFRICA		RESTO DO MUNDO	
	31-12-2010		31-12-2009		31-12-2010		31-12-2009		31-12-2010		31-12-2009		31-12-2010		31-12-2009	
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	3,32%	5,88%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CL IX - Posições garantidas por bens imóveis	37,38%	25,08%	1,25%	0,98%	0,15%	0,13%	0,08%	0,05%	0,03%	0,02%	0,01%	0,01%	0,11%	0,05%	0,02%	0,02%
CL VI - Instituições	1,38%	2,00%	18,58%	35,03%	0,00%	0,00%	0,31%	0,22%	0,00%	0,00%	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,05%
CL VII - Empresas	15,16%	13,09%	1,70%	0,25%	0,10%	0,03%	0,00%	0,00%	0,22%	0,21%	0,00%	0,00%	1,17%	1,10%	0,04%	0,04%
CL VIII - Carteira de retalho	13,25%	10,52%	0,13%	0,13%	0,01%	0,01%	0,00%	0,01%	0,04%	0,01%	0,00%	0,00%	0,14%	0,19%	0,00%	0,00%
CL X - Elementos vendidos	1,19%	0,92%	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CL XIII - Outros elementos	3,66%	2,99%	0,51%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% do total da posição em risco original	75,34%	61,49%	22,18%	36,36%	0,27%	0,16%	0,39%	0,29%	0,29%	0,24%	0,04%	0,01%	1,42%	1,34%	0,07%	0,10%

4. Modelo "Distribuição Sectorial das Posições em Risco"

DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DAS POSIÇÕES EM RISCO
(em % da posição em risco original)

Principais sectores de actividade	CL I - Administrações centrais ou barcos centrais		CL IX - Posições garantidas por bens imóveis		CL VI - Instituições		CL VII - Empresas		C. VIII - Carteira de retalho		CL X - Elementos vendidos		CL XIII - Outros elementos		Total	
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
Actividades recreativas, culturais e desportivas	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.11%	0.00%	0.07%	0.06%	0.05%	0.06%	0.00%	0.00%	0.25%	0.22%
Adm. Pública, defesa e segurança social obrigatória	2.80%	5.47%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.06%	0.05%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	2.80%	5.48%
Agricultura, produção animal, caça e actividades serviços relacionados	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.15%	0.04%	0.09%	0.05%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.32%	0.15%
Alimentação bebidas e tabaco	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.17%	0.25%	0.11%	0.05%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.38%	0.29%
Comércio	0.00%	0.00%	0.23%	0.21%	0.00%	0.00%	1.15%	0.93%	1.61%	1.18%	0.14%	0.10%	0.00%	0.00%	3.13%	2.42%
Construção	0.00%	0.00%	0.14%	0.47%	0.00%	0.00%	0.64%	0.11%	0.32%	0.42%	0.09%	0.05%	0.00%	0.00%	1.39%	1.66%
Electricidade, água e gás	0.00%	0.00%	0.00%	0.14%	0.00%	0.00%	1.37%	0.38%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	1.37%	0.53%
Fabricação de mobiliário	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.07%	0.07%	0.01%	0.00%	0.00%	0.00%	0.08%	0.15%
Famílias	0.00%	0.00%	36.41%	24.05%	0.00%	0.00%	5.23%	4.70%	7.41%	6.10%	0.74%	0.60%	0.17%	0.00%	49.97%	35.46%
Indústrias metalúrgicas de base	0.00%	0.00%	0.05%	0.06%	0.00%	0.00%	0.16%	0.00%	0.01%	0.21%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.22%	0.07%
Investigação e desenvolvimento	0.00%	0.00%	0.01%	0.01%	0.00%	0.00%	0.64%	0.05%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.65%	0.66%
Madeira e Cortiça	0.00%	0.00%	0.10%	0.10%	0.00%	0.00%	0.10%	0.10%	0.09%	0.06%	0.01%	0.01%	0.00%	0.00%	0.32%	0.28%
Máquinas e equipamento	0.00%	0.00%	0.01%	0.01%	0.00%	0.00%	0.74%	0.44%	0.20%	0.13%	0.01%	0.00%	0.00%	0.00%	0.96%	0.58%
Minerais não metálicos	0.00%	0.00%	0.08%	0.08%	0.00%	0.00%	0.01%	0.01%	0.05%	0.03%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.14%	0.12%
Outras actividades	0.09%	0.00%	0.53%	0.11%	1.24%	1.95%	0.74%	1.95%	1.03%	0.87%	0.04%	0.08%	3.62%	2.17%	7.30%	7.12%
Papel e celulose	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.13%	0.05%	0.03%	0.02%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.16%	0.07%
Químicas	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.11%	0.11%	0.05%	0.01%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.16%	0.12%
Saúde e acção social	0.00%	0.00%	0.17%	0.11%	0.00%	0.00%	0.38%	0.17%	0.31%	0.23%	0.01%	0.01%	0.00%	0.00%	0.76%	0.51%
Serviços	0.00%	0.00%	1.24%	1.76%	0.00%	0.00%	2.60%	1.76%	1.41%	1.18%	0.08%	0.02%	0.00%	0.00%	5.33%	4.72%
Serviços financeiros	0.43%	0.46%	0.01%	0.00%	19.06%	35.35%	0.23%	0.08%	0.07%	0.07%	0.00%	0.00%	0.14%	0.82%	19.94%	36.79%
Texteis	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.03%	0.00%	0.13%	0.12%	0.01%	0.00%	0.00%	0.00%	0.17%	0.12%
Transportes e comunicações	0.00%	0.00%	0.00%	0.01%	0.00%	0.00%	3.60%	3.43%	0.30%	0.25%	0.00%	0.00%	0.23%	0.00%	4.13%	3.69%
% do total da posição em risco original	3.32%	5.88%	39.05%	27.28%	20.31%	37.30%	18.39%	14.72%	13.56%	10.87%	1.21%	0.94%	4.17%	3.00%	100.00%	100.00%

5. Modelo "Repatrição das Posições em Risco Vencidas e Objecto de Imparidade"

REPARTIÇÃO DAS POSIÇÕES EM RISCO VENCIDAS E OBJECTO DE IMPARIDADE

		Posições em risco vencidas		Posições em risco objecto de imparidade		Correcções de valor e Provisões	
		31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
Total das posições:		2,668,296,724.23	2,248,502,400.73	32,618,599.66	26,362,058.92	-41,305,529.55	-31,642,312.76
Decomposição pelas principais Sectors económicos	Actividades recreativas, culturais e desportivas	6,675,916.38	5,937,004.54	2,016,365.11	2,014,949.74	-4,162,882.21	-4,156,882.34
	Adm. Pública, defesa e segurança social obrigatória	102,111,110.69	201,778,115.85	573.01	0.00	-21,168.41	-20,632.95
	Agricultura, produção animal, caça e actividades serviços relacionados	10,259,242.95	5,223,133.12	79,047.98	34,353.66	-141,192.62	-4.71
	Alimentação bebidas e tabaco	13,558,975.20	10,775,437.88	27,368.70	28,312.90	-161,557.72	-137,509.49
	Comércio	101,736,718.36	86,205,705.98	3,939,024.88	1,661,703.04	-4,113,500.82	-1,676,999.03
	Construção	46,414,910.13	35,947,150.69	2,810,380.06	1,567,312.47	-1,864,205.21	-964,400.99
	Electricidade, água e gás	18,682,281.48	22,318,352.51	-291.87	3,742.23	-147,946.67	-212,689.75
	Fabricação de mobiliário	2,525,562.24	5,425,737.89	206,388.09	30.32	-173,041.12	-40,400.93
	Famílias	1,734,167,636.75	1,267,989,736.60	18,448,382.96	16,857,552.78	-24,124,815.83	-18,623,869.86
	Indústrias metalúrgicas de base	8,014,243.98	2,663,516.36	0.00	0.00	-50,079.53	-26,724.36
	Investigação e desenvolvimento	23,208,431.06	2,313,054.45	0.00	0.00	-232,084.31	-23,324.78
	Madeira e Cortiça	10,340,393.28	9,631,328.62	501,720.21	500,727.02	-617,320.25	-243,772.09
	Máquinas e equipamento	35,879,982.92	21,244,726.67	258,881.34	0.00	-610,554.20	-187,031.32
	Minerais não metálicos	4,583,645.40	4,080,529.48	0.00	15,010.32	-45,649.99	-47,911.15
	Outras actividades	122,848,627.23	120,931,477.18	958,789.92	929,386.71	-1,556,948.68	-1,660,923.87
	Papel e celulose	5,826,686.77	2,704,738.83	19,847.87	0.00	-63,442.50	-27,047.39
	Químicas	5,504,080.27	4,449,351.83	112,542.71	0.00	-81,469.78	-47,862.68
	Saúde e acção social	26,103,987.43	18,355,615.34	182,299.37	106,082.87	-432,229.39	-253,387.53
	Serviços	186,360,451.03	171,132,183.65	2,606,691.36	2,448,141.26	-1,888,313.35	-1,532,877.23
	Serviços financeiros	60,023,878.12	121,713,328.83	66,207.97	35,911.66	-229,188.86	-798,192.97
	Texteis	5,758,284.67	4,229,719.25	244,591.40	66,541.98	-195,687.78	-95,491.24
Decomposição pelas principais Zonas Geográficas	Transportes e comunicações	137,711,677.89	123,452,435.18	139,788.59	92,299.96	-392,250.31	-864,376.70
	ÁFRICA	50,136,191.82	48,042,951.74	21,690.01	89.78	-915,824.19	-758,001.28
	AMÉRICA DO NORTE	12,973,390.39	8,445,359.93	90,745.41	2,972.28	-28,580.14	-15,358.55
	AMÉRICA LATINA	10,035,752.29	8,671,722.79	113,643.99	360.23	-152,041.24	-110,588.97
	ÁSIA	1,470,911.63	491,006.50	7.94	1.30	-6,415.82	-10,320.59
	PORTUGAL	2,474,653,188.35	2,018,728,690.15	31,967,743.31	25,933,125.88	-39,223,510.93	-29,403,971.15
	RESTO DA EUROPA	8,471,415.43	5,985,342.45	10.06	140.41	-158,079.24	-125,018.80
	RESTO DO MUNDO	2,521,426.52	3,717,040.86	0.00	42.64	-93,579.16	-103,563.72
U.E.		108,034,447.80	154,420,286.30	424,758.94	425,326.40	-727,498.82	-1,115,489.70

Posições em risco vencidas objecto de imparidade: posições em risco originais

Valores em Euros

6. Modelo "Correcções de Valor e Provisões"

CORRECÇÕES DE VALOR E PROVISÕES

Correcções de Valor e Provisões	31-12-2010	31-12-2009
Saldo inicial	31,642,312.34	23,675,149.77
Dotações	13,091,189.11	11,153,124.95
Utilizações	-390,771.29	-218,363.99
Reposições/Anulações	-3,037,511.03	-2,967,598.39
Outros ajustamentos:		
_ Ajustamentos por diferenças cambiais		
_ Transferências de provisões		
_ Combinações de actividades		
_ Aquisições e alienações de filiais		
_ Outros		
Saldo final	41,305,219.13	31,642,312.34

Valores em Euros

7. Modelo “Prazo de Vencimento Residual”

PRAZO DE VENCIMENTO RESIDUAL

(em % da posição em risco original)

Classes de Risco		VR < 1 ano		1 ano < VR < 5 anos		5 anos < VR < 10 anos		VR > 10 anos	
		31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	Activo	3.25%	5.82%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	Extrapatrimoniais	0.07%	0.06%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
CL IX - Posições garantidas por bens imóveis	Activo	0.67%	0.76%	0.22%	0.39%	1.24%	1.34%	36.92%	24.79%
CL VI - Instituições	Activo	16.58%	22.46%	1.82%	11.14%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
CL VI - Instituições	Derivados	0.09%	0.07%	0.13%	0.13%	0.26%	0.11%	0.00%	0.23%
CL VI - Instituições	Extrapatrimoniais	0.71%	2.63%	0.70%	0.52%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
CL VII - Empresas	Activo	8.16%	5.66%	5.84%	5.48%	1.29%	0.53%	0.73%	0.47%
CL VII - Empresas	Derivados	0.00%	0.00%	0.11%	0.00%	0.00%	0.25%	0.00%	0.00%
CL VII - Empresas	Extrapatrimoniais	0.61%	0.81%	1.64%	1.52%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
CL VIII - Carteira de retalho	Activo	3.12%	3.21%	8.03%	5.93%	1.80%	1.35%	0.49%	0.27%
CL VIII - Carteira de retalho	Extrapatrimoniais	0.03%	0.04%	0.10%	0.07%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
CL X - Elementos vencidos	Activo	0.52%	0.29%	0.12%	0.12%	0.05%	0.05%	0.52%	0.49%
CL XIII - Outros elementos	Activo	4.17%	3.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
% do total da posição em risco original		37.98%	44.82%	18.72%	25.31%	4.64%	3.63%	38.66%	26.24%

VR: Vencimento residual

V. B) Risco de Crédito – Método padrão

Para efeitos de determinação dos requisitos de fundos próprios destinados ao apuramento do rácio de solvabilidade prudencial, o Deutsche Bank (Portugal), S.A. utiliza o método padrão conforme previstos nos artigos 10.º a 13.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril: o objectivo é a caracterização da carteira de crédito de acordo com os ponderadores de risco que lhe estão associados.

1. As informações de natureza qualitativa são:

1.1. Identificação das agências de notação utilizadas

O risco de crédito, que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia, constitui o risco mais relevante a que se encontra exposta a actividade do Banco.

Os montantes das posições ponderadas pelo risco são determinados com base em coeficientes de ponderação definidos no Aviso n.º 5/2007 do Banco de Portugal. A aplicação desses coeficientes de ponderação baseia-se na classe a que a posição em risco fôr afectada, e na sua qualidade de crédito. A qualidade de crédito pode ser determinada com base nas avaliações de crédito de agências de notação externa *External Credit Assessment Institutions (ECAI)*, ou nas avaliações de crédito de agências de crédito à exportação *Export Credit Agencies (ECA)*.

No cálculo dos requisitos de capital de acordo com o Método Padrão, são utilizados *ratings* fornecidos pelas agências Moody's, S&P (Standard and Poor's) e Fitch. Sendo utilizados de forma consistente para todas as posições em risco em todas as classes.

1.2. Processo utilizado para afectar as avaliações de risco dos emitentes ou das emissões aos elementos incluídos na carteira bancária

O risco de crédito resulta da probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição. Os montantes das posições ponderados pelo risco são determinados com base em coeficientes de ponderação definidos no Aviso n.º 5/2007 do Banco de Portugal.

2. Modelo "Método Padrão"

MÉTODO PADRÃO

Ponderadores de Risco										
		0%	10%	20%	35%	50%	75%	100%	150%	Outros ponderadores
1. Posição em risco original por classe de risco:	CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	18.490.747,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CL II - Administrações regionais ou autoridades locais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CL III - Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CL IV - Bancos multilaterais de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CL V - Organizações internacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CL VI - Instituições	0,00	0,00	722.737,642,00	0,00	6.500,00	0,00	1.545.649,00	0,00	0,00
	CL VII - Empresas	0,00	0,00	12.667,070,00	0,00	64.469.581,00	0,00	578.779.102,00	0,00	0,00
	CL VIII - Carteira de retalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	483.672,742,00	0,00	0,00	0,00
	CL IX - Posições garantidas por bens imóveis	0,00	0,00	0,00	1.335.057,979,00	28.488.583,00	0,00	31.379.021,00	0,00	0,00
	CL X - Elementos vencidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.404.071,00	11.694.958,00	0,00
	CL XI - Obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CL XII - Posições em risco sobre organismos de investimento colectivo (OIC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CL XIII - Outros elementos	2.361.124,00	0,00	11.054.975,00	0,00	0,00	0,00	135.204.357,00	0,00	0,00
	TOTAL posições em risco original:	20.851.871,00	0,00	746.459.687,00	1.335.057.979,00	90.964.764,00	483.672.742,00	878.317.366,00	11.694.958,00	0,00
2. Posição em risco por classe de risco (base de incidência dos ponderadores):	CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	16.482.172,00	0,00	100.000.000,00	0,00	0,00	0,00	5.156,00	0,00	0,00
	CL II - Administrações regionais ou autoridades locais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CL III - Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CL IV - Bancos multilaterais de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CL V - Organizações internacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CL VI - Instituições	0,00	0,00	698.294.423,00	0,00	3.250,00	0,00	810.227,00	0,00	0,00
	CL VII - Empresas	38.083.993,00	0,00	315.038.553,00	0,00	10.547.425,00	0,00	245.889.257,00	0,00	0,00
	CL VIII - Carteira de retalho	16.690.081,00	0,00	27.797.805,00	0,00	0,00	422.555.897,00	0,00	0,00	0,00
	CL IX - Posições garantidas por bens imóveis	115.374,00	0,00	0,00	1.327.949.938,00	28.213.833,00	0,00	31.223.029,00	0,00	0,00
	CL X - Elementos vencidos	867.076,00	0,00	5.419,00	0,00	0,00	0,00	13.738.083,00	5.203.975,00	0,00
	CL XI - Obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CL XII - Posições em risco sobre organismos de investimento colectivo (OIC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CL XIII - Outros elementos	2.361.124,00	0,00	11.054.975,00	0,00	0,00	0,00	125.225.782,00	0,00	0,00
	TOTAL posições em risco:	84.599.620,00	0,00	1.152.191.175,00	1.327.949.938,00	36.764.508,00	422.555.897,00	416.891.544,00	5.203.975,00	0,00
TOTAL posições ponderadas pelo risco (=Σ[2. x "ponderadores de risco]):		0,00	230.438.235,00	464.782.478,30	18.382.254,00	316.916.922,75	416.891.544,00	7.805.962,50	0,00	0,00
3. Posição em risco reduzida aos fundos próprios por classe de risco:	Classe de risco									
	A									
	B									
	(...)									
TOTAL posições em risco deduzidas aos fundos próprios:										

Valores em Euros

V. C) Risco de Crédito – Método das Notações Internas

Não se aplica ao Deutsche Bank (Portugal), S.A., o método das notações internas previsto nos artigos 14.º a 20.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril.

VI. Técnicas de Redução do Risco de Crédito

No âmbito de uma gestão sã e prudente dos riscos de crédito, a técnica utilizada pelo Deutsche Bank (Portugal), S.A. é o Método Padrão, conforme o disposto na alínea s) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril. Isto é, promover uma melhor colateralização das operações de crédito, procurando assegurar que as transacções são garantidas por instrumentos de mitigação que fornecem uma adequada protecção contra os riscos incorridos.

1. As informações de natureza qualitativa são:

1.1. Enquadramento geral

Existem regras claramente definidas para o processo de aprovação de crédito, as quais obedecem à política de crédito e risco do Deutsche Bank. A política de crédito define as regras e os procedimentos a observar na concessão de crédito, bem como os mecanismos de controlo/monitorização a serem utilizados. Estas regras são revistas e aprovadas anualmente pela área local da Gestão do Risco de Crédito (CRM), pelo Conselho de Administração Executivo do Deutsche Bank (Portugal), S.A. e pela área de CRM da casa-mãe (Deutsche Bank A.G.), e são divulgadas a todos os intervenientes no processo.

Assim sendo, a natureza precisa da avaliação, decisão e o processo de acompanhamento do crédito, dependem principalmente do tipo de produto, da exposição e da existência e da qualidade das garantias. As técnicas de redução de risco de crédito utilizados pelo Deutsche Bank (Portugal), S.A. visam mitigar a exposição a este risco, designadamente através de garantias reais (em que um dado bem, instrumento financeiro, imóvel ou outro, é colocado sob caução pelo cumprimento das responsabilidades) e garantias pessoais (em que alguém se compromete perante o Banco a cumprir as responsabilidades do devedor em caso de incumprimento deste).

1.2. Avaliação das garantias recebidas

O Deutsche Bank (Portugal), S.A. tem um especial cuidado na definição e acompanhamento das cauções definidas para cada operação, nomeadamente no que concerne à sua liquidez e garantia de capital, assim como um permanente controlo da sua evolução ao longo do tempo, quer através de revisões semanais (para as cauções de maior volatilidade), quer aquando as

revisões das operações de crédito de cada cliente.

Os princípios fundamentais adoptados no momento da avaliação do crédito são:

- Os empréstimos devem ser concedidos de acordo com a capacidade do cliente de os reembolsar;
- Os empréstimos devem ser concedidos em conformidade com as exigências legais e regulamentares;
- Os empréstimos não devem suportar eventuais riscos reputacionais para o banco. (Restrições Específicas aplicáveis aos clientes ou operações que estejam relacionadas com determinadas indústrias ou com questões específicas).

1.3.Tratamento dos riscos residuais

Os principais tipos de garantias utilizadas pelo Banco para redução do risco de crédito são os avals pessoais (avales e livranças), as hipotecas de bens imóveis e bens móveis, os penhores de depósitos a prazo e outros recursos financeiros obtidos, títulos de capital e de dívida (mercantis e de activos financeiros).

Os princípios de risco de crédito baseiam-se nas Políticas do Grupo e nos requisitos das Entidades Reguladoras, a gestão do risco de crédito segue os seguintes princípios:

- Qualquer tipo de atribuição de crédito ou extensão de crédito, deverá ser aprovada, e autorizada pelos colaboradores e/ou departamento com competências para o efeito;
- A aprovação de limites de crédito e gestão da exposição deverão ser tomadas dentro das linhas orientadoras do portfolio de crédito e das estratégias de crédito previamente definidas;
- Os poderes/autoridades de crédito são atribuídas individualmente de acordo com a qualificação, experiência e treino;
- Todo o pedido que seja uma atribuição de crédito deverá ser sempre apresentado e assinado pelo departamento e/ou área comercial, e pelo gestor comercial respectivo. As provisões e perdas resultantes da exposição de crédito ficam adstritas às respectivas unidades de negócio;
- Na execução dos poderes de crédito, tem que ser observado o princípio de quatro-olhos.
- Sempre que se verifique uma alteração de conteúdo de um limite de crédito aprovado que representem um aumento do risco, é necessário uma nova aprovação ou rectificação pelo colaborador e ou departamento com competências;

1.4. Processos de monitorização dos principais tipos de garante

Os prestadores de protecção pessoal de crédito são, predominantemente, o Estado Português e o Deutsche Bank AG, instituição de crédito-mãe na Alemanha. Os garantes referidos têm o grau 1 de qualidade de crédito na escala das administrações centrais e instituições.

1.5. Concentrações dos valores de cobertura por tipo de instrumento

No âmbito da protecção real, as garantias recebidas de 104.593.963,56 Euros respeitam integralmente a depósitos em numerário efectuados pelas contrapartes junto do Banco. Por sua vez, no âmbito da protecção pessoal, as garantias recebidas totalizam 294.545.512,06 Euros.

2. Modelo “Técnicas de Redução do Risco de Crédito – Método Padrão”

TÉCNICAS DE REDUÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO – MÉTODO PADRÃO

	Posição em risco Líquida	Técnicas de redução do risco de créditos com efeito de substituição na posição em risco líquida								Técnicas de redução do risco de crédito com efeito no montante da posição em risco: protecção real de crédito (a)	
		Protecção pessoal de crédito: valor de protecção totalmente ajustado (GA)		Protecção real de crédito		Efeito de substituição na posição em risco (líquido de saída e entradas)		Ajustamento de volatilidade ao valor da posição em risco		Caução financeira: valor ajustado pela volatilidade e por qualquer desfaseamento entre prazos de vencimento de crédito (a)	
		Garantias	Derivados de crédito	Método simples: cações financeiras	outras formas de protecção real de crédito						
	1	2	3	4	5	6	7	8			
Total das posições	3,516,373,184.83	287,914,726.66	0.00	211,437,155.39	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Decomposição do total das posições por classe de risco:											
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	118,495,913.17	100,000,000.00	0.00	0.00	0.00	-100,000,000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
CL II - Administrações regionais ou autoridades locais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
CL III - Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
CL IV - Bancos multilaterais de desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
CL V - Organizações internacionais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
CL VI - Instituições	724,289,790.09	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
CL VII - Empresas	650,422,152.85	187,914,426.66	0.00	155,961,499.39	0.00	287,914,726.66	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
CL VIII - Carteira de retalho	479,206,520.47	300.00	0.00	54,487,586.25	0.00	-187,914,426.66	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
CL IX - Posições garantidas por bens imóveis	1,385,502,374.61	0.00	0.00	115,574.27	0.00	-300.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
CL X - Elementos vencidos	19,814,553.08	0.00	0.00	872,495.48	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
CL XI - Obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
CL XII - Posições em risco sobre organismos de investimento colectivo (OIC)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
CL XIII - Outros elementos	138,641,880.56	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

(a) Método integral sobre cações financeiras. Por montante da posição em risco entende-se a posição em risco líquida, após efeito de substituição.

Valores em Euros

3. Modelo “Técnicas de Redução do Risco de Crédito – Método das Notações Internas”

TÉCNICAS DE REDUÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO - MÉTODO DAS NOTAÇÕES INTERNAS											
Indicar: Não utilização/Utilização de estimativas próprias de LGD e/ou factores de conversão	Posição em risco original	Técnicas de redução do risco de créditos com efeito de substituição na posição em risco original			Técnicas de redução do risco de crédito com efeito na estimativa de LGD, excluindo o tratamento relativo a incumprimento simultâneo			Tratamento relativo a incumprimento simultâneo			
		Protecção pessoal de crédito		Efeito de substituição na posição em risco (líquido de saída e entradas)	Utilização de estimativas próprias de LGD: Protecção pessoal de crédito		Protecção real de crédito			Protecção pessoal de crédito	
		Garantias	Derivados de crédito		Garantias	Derivados de crédito	Utilizações de estimativas próprias de LGD: outras formas de protecção real de crédito	Cauções (financeiras) elegíveis	Outras cauções elegíveis (a)		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Total das posições											
Decomposição do total das posições por classe de risco:	Classe de										
1											
2											
(...)											
n											
Unidade 0,00 €											

(a) "Outras cauções elegíveis" engloba os elementos "cauções imobiliárias", "outras cauções de natureza real" e "valores a receber"

(a) "Outras cauções elegíveis" engloba os elementos "cauções imobiliárias", "cauções de natureza real" e "valores a receber"

Unidade 0,00 €

a) Relativos de tratamento relativo a incumprimentos simultâneos.

VII. Operações de Titularização

Não se aplica ao Deutsche Bank (Portugal), S.A., as operações de titularização definidas no ponto 2 do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2007.

VIII. Risco de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação

Para efeitos de apuramento dos requisitos de Fundos Próprios previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2007, o Deutsche Bank (Portugal), S.A. avaliou o risco geral e específico de todas as subcarteiras consideradas, de acordo com o Método Padrão.

1. As informações de natureza qualitativa relativamente aos riscos assumidos na carteira de negociação são:

1.1.Referência das subcarteiras da carteira de negociação

Para cálculo dos requisitos de fundos próprios para riscos de mercado é considerada a carteira de negociação contabilística. É utilizado o método padrão para cálculo de todos os riscos, utilizando-se para o risco geral dos instrumentos de dívida o método baseado no prazo de vencimento. São assim analisados todos os produtos, sendo identificado o factor de risco preponderante de acordo com o preenchimento do modelo respectivo.

1.2.Metodologias de avaliação dos riscos da carteira de negociação

O cálculo dos requisitos de capital por risco de posição de instrumentos de dívida enquadra-se na Secção II da Parte 2 do Anexo II do Aviso n.º 8/2007, em que o risco específico mede o risco de perda de valor em resultado de factores associados ao seu emitente (ex. Solvência, quebra de rentabilidade, etc.).

1.3.Aplicação do “método de Modelos Internos sobre a carteira de negociação”

Não aplicável ao Deutsche Bank (Portugal), S.A.

2. Modelo "Requisitos de Fundos Próprios (carteira de Negociação)"

REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS (CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO)		
Riscos da Carteira de Negociação		Requisitos de Fundos Próprios
		31-12-2010
		31-12-2011
TOTAL Riscos da Carteira de Negociação ($= \sum(1. a 3.)$)		
1. Risco de Posição (1.1. + 1.2.)		
1.1. Método Padrão sobre a Carteira de Negociação ($= \sum(1.1.1 a 1.1.6.)$)		
1.1.1. Instrumento de Dívida		
1.1.1.1. Risco Específicos		
1.1.1.2. Risco Geral		
1.1.2. Títulos de Capital		
1.1.2.1. Risco Específicos		
1.1.2.2. Risco Geral		
1.1.3. Organismos de Investimento Colectivo (OIC):		
1.1.4. Futuros e Opções negociados em bolsa:		
1.1.5. Futuros e Opções do mercado de balcão - OTC:		
1.1.6. Outros:		
1.2. Método de Modelos Internos sobre a Carteira de Negociação		
2. Risco de Crédito de Contraparte ($= \sum(2.1 a 2.3.)$)		
2.1. Vendas/compras com acordo de recompra/revenda, concessão/contracção de empréstimos de valores mobiliários ou de mercadorias, operações de empréstimo com imposição de margem e operações de liquidação longa		
2.2. Instrumentos Derivados		
2.3. Contratos de compensação multiproductos		
3. Risco de Liquidação		
		Unidade 0,00 €

IX. Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

Em 31 de Dezembro, de 2010 e de 2009, o Deutsche Bank (Portugal), S.A. aplicou o Método Padrão, previsto no anexo V do Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2007, para cálculo dos requisitos de Fundos Próprios referentes ao risco cambial.

1. As informações de natureza qualitativa relativamente aos riscos cambial e de mercadorias são:

- 1.1. Método adoptado para calcular os requisitos mínimos de fundos próprios

Para cálculo dos Requisitos de Fundos Próprios para Riscos Cambial e de Mercadorias é considerada a carteira de negociação (*trading*) e a carteira bancária (*banking book*), sendo utilizado o método padrão para cálculo destes riscos, em que são analisados todos os produtos, e identificado o factor de risco preponderante de acordo com o qual se preenche o modelo respectivo.

Conforme o aviso n.º 8/2007 do Banco de Portugal, no ponto 8 do anexo V, o Deutsche Bank (Portugal), S.A não excede os 2% dos fundos próprios totais da soma da posição líquida global em divisas com a posição líquida em ouro, não sendo assim materialmente relevante a sua divulgação.

- 1.2. Metodologia para avaliar os riscos de mercadorias

Não aplicável ao Deutsche Bank (Portugal), S.A.

- 1.3. Método de Modelos Internos

Não aplicável ao Deutsche Bank (Portugal), S.A.



2. Modelo “Requisitos de Fundos Próprios – Riscos Cambial e de Mercadorias”

REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS - RISCOS CAMBIAL E DE MERCADORIAS		
Riscos Cambial e de Mercadorias	Requisitos de Fundos Próprios	
	31-12-2009	31-12-2008
1. Risco de Posição (1.1. + 1.2.)		
1.1. Método Padrão		
1.2. Método de Modelos Internos		
2. Risco de Mercadorias (=Σ(2.1 a 2.2.))		
2.1. Método Padrão (=Σ(2.1.1. a 2.1.4.))		
2.1.1. Método da Escala de Prazos de Vencimento ou Método Simplificado		
2.1.2. Futuros e Opções sobre mercadorias negociados em bolsa		
2.1.3. Futuros e Opções sobre mercadorias do mercado de balcão - OTC		
2.1.4. Outros		
2.2. Método dos Modelos Internos		
Unidade 0,00 €		

X. Posições em Risco sobre Acções da Carteira Bancária

As posições em risco sobre acções na carteira bancária (aquela em que o objectivo é o lucro pela variação de valor das acções, mas em que o Banco detém uma posição mais estável no tempo), segmentam-se de acordo com dois macro-objectivos, como carteira de negociação (aquelas em que se pretende apenas lucrar no curto prazo de variações no seu valor e que podem ser curtas ou longas), e carteira de participações em empresas associadas (aquelas em que o Banco exerce directa ou indirectamente uma influência significativa mas não detém o controlo da empresa). Salienta-se que, para a carteira de investimento, não são autorizados investimentos em acções ou em activos financeiros cuja valorização dependa do preço de uma acção.

1. As informações de natureza qualitativa são:

1.1. Objectivos associados às posições em risco sobre acções

As metodologias para a determinação do Justo Valor privilegiam as valorizações constantes dos mercados onde o título seja cotado, sendo utilizadas, sempre que disponíveis, as cotações de compra. Se o título não for admitido a um mercado organizado, são solicitadas cotações a brokers que habitualmente transaccionam os títulos em causa.

São quatro a totalidade das participações financeiras do Deutsche Bank (Portugal), S.A., a Fenalu detida a 11,50%, duas subsidiárias em que detém 100%, a Navegador – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Crédito, S.A. e a Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. e por fim detém ainda 20.000 acções do capital da SIBS – Forward Payment Solutions.

1.2. Identificação das técnicas contabilísticas e metodologias de avaliação

As técnicas contabilísticas e metodologias de avaliação utilizadas seguem as normas IAS vigentes para a globalidade dos activos financeiros.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Assim, em termos de critérios de avaliação dos instrumentos financeiros, o Deutsche Bank (Portugal), S.A. recorre às seguintes metodologias:

Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos, ou emitidos, com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumento financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto

prazo

Após o reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados, o justo valor positivo é registado no activo e o justo valor negativo no passivo. Os dividendos associados a estas carteiras são registados em "Resultados de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

À data de 31 de Dezembro de 2010, não existia qualquer título na carteira de negociação, tendo sido alienados todos os títulos durante o exercício.

Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Banco, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos, ou quando existem perdas por imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidas na rubrica "Resultados de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são determinados com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo e reconhecidos em margem financeira. Nas situações em que existe prémio ou desconto este é incluído no cálculo da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento, na rubrica "Rendimentos de Instrumentos de Capital".

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais

condições da política de *pricing* do Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócios. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Banco.

2. Modelo “Posições em Risco sobre Acção (Carteira Bancária)”

EXPOSIÇÕES EM RISCO SOBRE AÇÕES (CARTEIRA BANCÁRIA)

Valores em Euros

XI. Risco Operacional

O Risco Operacional é a probabilidade de ocorrência de perdas directas ou indirectas resultantes da inadequação ou rupturas de processos internos, falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, conduta de pessoas ou acontecimentos externos (ex. catástrofes naturais), de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas. Eventos estes que podem resultar num impacto negativo nos resultados ou no capital.

1. As informações de natureza qualitativa relativamente ao risco operacional são:

1.1. Cálculo dos requisitos de fundos próprios pelo método indicador básico

O Deutsche Bank (Portugal), S.A. reporta a informação sobre os requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional determinados de acordo com o método do Indicador Básico, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Parte 1, do Anexo I do Aviso n.º 9/2007. Segundo este cálculo, os requisitos de capital baseiam-se num indicador definido como relevante.

1.2. Cálculo do indicador relevante

Assim a metodologia de cálculo dos requisitos de fundos próprios para o Risco Operacional, o Deutsche Bank (Portugal), S.A., aplica o Método do Indicador Básico, no qual os elementos contabilísticos considerados para cálculo do Indicador Relevante são:

(+)	Receitas de juros e proveitos equiparados;
(-)	Encargos com juros e custos equiparados;
(+)	Comissões recebidas;
(-)	Comissões pagas;
(+/-)	Resultados provenientes de operações financeiras;
(+)	Outros proveitos de exploração;
(=)	Total.

Podendo estes elementos ser ajustados de modo a reflectir as condições previstas no n.º 5 da Parte 1 do Anexo I do Aviso 9/2007.

1.3. Elementos contabilísticos considerados na atribuição por segmento de actividade

Não aplicável ao Deutsche Bank (Portugal), S.A.

1.4. No caso de utilização do método de Medição Avançada

Não aplicável ao Deutsche Bank (Portugal), S.A.

1.5. Âmbito e a cobertura dos diferentes métodos utilizados por segmento de actividade

Não aplicável ao Deutsche Bank (Portugal), S.A.

2. Modelo “Risco Operacional”

RISCO OPERACIONAL

		Indicador relevante			Perdas esperadas consideradas no quadro das práticas internas	Mecanismos de transferência de risco
		Ano -2	Ano -1	Ano 0		
Actividades	1. Método do indicador Básico	54,437,939.22 42,524,888.30 60,724,044.58				
	2. Método Standard:	_ Financiamento das empresas - <i>corporate finance</i> _ Negociação e vendas _ Intermediação relativa à carteira de retalho _ Banca comercial _ Pagamento e liquidação _ Serviços de agência _ Gestão de activos				
Método de Medição Avançada (a)						

(a) Base de incidência, em termos de indicador relevante, das actividades sujeitas ao método de Medição Avançada

Valores em Euros

XII. Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

A correlação material que poderá existir com o risco da taxa de juro, é o risco de crédito, na medida em que o aumento das taxas poderá diminuir a margem de crédito, levando à diminuição da capacidade do cliente reembolsar. Neste contexto, interessa conhecer não só o impacto de uma variação normalizada da taxa de juro na situação e na margem de juros do Deutsche Bank (Portugal), S.A., como também as principais conclusões dos testes de esforço realizados à capacidade de solvência.

1. As informações de natureza qualitativa são:

1.1. Natureza do risco da taxa de juro da carteira bancária

O risco da taxa de juro consiste no impacto que poderá ocorrer no resultado financeiro com uma variação desfavorável das taxas de juro de mercado. Apenas os riscos materialmente relevantes, nomeadamente os riscos de crédito e de liquidez, foram alvo de testes de esforço. A realização de testes de esforço tem como objectivo mensurar o impacto de choques extremos e adversos nas condições financeiras de uma Instituição, no âmbito dos vários riscos, sendo que o risco de taxa de juro se reflecte em termos de resultados contabilísticos, principalmente na margem financeira (diferença entre os juros recebidos e pagos).

Em concreto, pretendeu-se analisar atempadamente os riscos em que o Deutsche Bank (Portugal), S.A. poderá vir a sofrer no caso de um choque standard na taxa de juro de 200 p.b.. Este aspecto, em conjunto com um processo de autoavaliação, permitirá assim identificar, medir e controlar os riscos a que está ou poderá vir a estar exposto, e em conformidade afectar recursos para a cobertura adequada desses riscos.

1.2. Avaliação do risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro tem como objectivo avaliar a exposição do Grupo a este risco, e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

O risco de taxa de juro é quase na sua totalidade anulado por um mecanismo de controlo de tesouraria adoptado pelo Deutsche Bank AG, cobrindo toda a Europa Comunitária: *Automatic Risk Square Process* – ARSP.

O ARSP consiste no hedge automático e diário com a casa-mãe de todos os activos e passivos de taxa de juro do Deutsche Bank (Portugal), S.A., com base nos registos efectuados no sistema de controlo de tesouraria Kondor + automática (através de interface automático com todos os sistemas do Banco, nomeadamente, DB-Internet, Lease, Credix e Host) e/ou manualmente pela área de *Global Markets Finance*. Assim sendo, o ARSP gere todas as taxas

de câmbio e produtos relevantes.

1.3. Pressupostos fundamentais utilizados para o cálculo do risco de taxa de juro

O seguimento da exposição ao risco de taxa de juro é efectuado mensalmente no modelo de juro da carteira bancária, em que a análise do risco de taxa de juro é baseada nos pressupostos definidos na Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal.

1.4. Correlações materiais entre os riscos de taxa de juro na carteira bancária e outros tipos de riscos

Esta análise é efectuada com a realização dos testes de esforço, relacionando o risco de taxa de juro com o risco de liquidez, ou seja, o choque introduzido nas taxas de juro produz um determinado efeito na situação líquida do Deutsche Bank (Portugal), S.A.

2. As informações de natureza qualitativa sobre os testes de esforço são:

2.1. Âmbito de aplicação e incidência

A realização de testes de esforço (*Stress Test*) tem como objectivo mensurar o impacto de choques extremos e adversos nas condições financeiras de uma utilização, no âmbito dos vários riscos, permitindo um melhor entendimento do seu perfil de risco. Os testes de esforço devem ainda servir para a instituição avaliar o seu capital interno e a capacidade para absorver choques.

Assim, para os testes de esforço efectuados ao risco de crédito, importa salientar que a simulação do agravamento do nível de execução das garantias não produziu efeitos significativos no rácio de solvabilidade e nos requisitos de fundos próprios.

Nos testes de esforço realizados para o risco de liquidez constata-se que o banco tem fundos suficientes para os seus compromissos em situação de stress.

2.2. Descrição, objectivos e frequência de realização

Os testes de esforço constituem uma das ferramentas de gestão de risco utilizadas no âmbito da avaliação e gestão de risco do Deutsche Bank (Portugal), S.A., cujo objectivo consiste num melhor entendimento do seu perfil de risco. Visa avaliar os efeitos potenciais nas condições financeiras da instituição, resultantes de alterações nos factores de risco em função de acontecimentos excepcionais mas plausíveis, devidamente integrados de forma activa na própria gestão de riscos, com base nas regras definidas pelo Banco de Portugal através da Instrução n.º 32/2009.

Os cenários de “*stress test*” incluem:

- Preços e Riscos voláteis para taxas de juros; preços de “*equity*”; taxas cambiais e preços de “*commodities*” para países industrializados, cobrindo as “*trading*” e “*non-trading securities*” e investimentos, bem como carteiras de “*trading derivatives*”;

- Riscos dos Países Emergentes, inclui descidas de preços de “equity”, aumentos em taxas de juro e desvalorizações cambiais;
- Risco do “Spread” de Crédito para obrigações, derivados de crédito e empréstimos negociados (*traded bond*) dos mercados dos países emergentes e industrializados;
- Subscrição de riscos em “debt” e “equity” de mercado de capitais dos países industrializados;
- São elaborados relatórios trimestrais de avaliação de vulnerabilidade a perdas em situações de stress.

2.3. Factores de risco considerados para simular acontecimentos adversos

Os cenários subjacentes utilizados são definidos com base nas orientações emitidas pelo Banco de Portugal no que diz respeito aos factores de risco a considerar, e que sejam relevantes no negócio do Banco, bem como à magnitude dos respectivos choques.

3. Modelo “Risco da Taxa de Juro (Carteira Bancária) ”

RISCO DE TAXA DE JURO (CARTEIRA BANCÁRIA)				
Efeito na Situação Líquida de um choque de 200 p.b. na taxa de juro:	Valor		Impacto	
			31-12-2010	31-12-2009
		1	-119,624,590.01	-9,603,216.00
		2	119,624,590.01	9,603,216.00
	% da Situação Líquida		-86%	-7%
			86%	7%
Valores em Euros				

1 = Choque na taxa de juro, no sentido ascendente
2 = Choque na taxa de juro, no sentido descendente

XIII. Anexos

Informações complementares.

Apenas foram consideradas as secções do Aviso acima referido que o Conselho de Administração considerou aplicáveis ao Grupo.